



NOTA TÉCNICA Nº 069/2023

Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 2983/2023

Tema: Tratar de direitos das crianças e adolescentes com deficiências, transtornos ou síndromes nas Escolas

Comissão: Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

Autoria do requerimento: Vereador Pedro Patrus

Data, horário e local: 06/12/2023, às 9:30 h, no Plenário Camil Caram.

Considerações Técnicas

A audiência pública em questão foi requerida com a finalidade de se debater sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiências, transtornos ou síndromes nas escolas.

Segundo descrito no requerimento que solicita a audiência pública em questão, “os cuidados de crianças e adolescentes com deficiências, transtornos e síndromes nas escolas têm sido um desafio para os professores e gestores” e o mesmo solicita dessa consultoria Nota Técnica sobre o tema, abordando a “necessidade da intersetorialidade no tratamento da matéria”.

Considerando a transversalidade do tema, este será abordado sob as perspectivas da saúde, educação e assistência social.

SAÚDE

Segundo a OMS, a saúde pode ser entendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”.¹ Com base nessa

¹ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Indicadores da Saúde**. Disponível em: [https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14405:health-indicators-conceptual-NT 069 2023](https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14405:health-indicators-conceptual-NT%20069%202023)



compreensão ampliada da saúde, a Lei nº 8.080/90 considera que a saúde de uma pessoa é condicionada e determinada por diversos fatores, entre eles, a educação. Esse entendimento implica a existência da intersetorialidade, que consiste na “articulação entre diferentes setores para enfrentar problemas complexos visando à superação da fragmentação das políticas nas várias áreas onde são executadas”². Como exemplo de articulação intersetorial, cabe mencionar o Programa Saúde na Escola, instituído pelo Decreto nº 6.286/07, que tem como finalidade contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Uma vez que esta nota técnica busca abordar a inclusão de crianças e adolescentes no ambiente escolar, faz-se necessário relembrar que: “considera-se pessoa com deficiência o indivíduo com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de forma que a interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”³. Ressalta-se que a pessoa no espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.⁴

Os ditos impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais são condições inerentes à diversidade humana. A deficiência é o resultado da interação dessas condições com as barreiras, levando a falhas na inserção social do indivíduo. Percebe-se que a compreensão da deficiência evoluiu do modelo exclusivamente médico (biológico) para o modelo biopsicossocial, ou seja, passou a englobar as dimensões biológica, psicológica e social de um indivíduo.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também reconhece a necessidade de intersetorialidade para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Nesse contexto, a norma estabelece que “o processo de habilitação e reabilitação é um direito da pessoa com deficiência”. Esse processo baseia-se na avaliação multidisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidades de cada pessoa e possui como uma de suas diretrizes a “atuação permanente, integrada e

and-operational-considerations&Itemid=0&lang=pt#gsc.tab=0.

² MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Glossário Lourdes Almeida da Consolidação de Normas do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_Lourdes_Almeida_consolidacao_normas_SUS.pdf.

³ Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Lei nº 13.146/15) e na Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida (Lei nº 11.416/22).

⁴ Com base na Lei nº 12.764/12.



articulada de políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência”.

No mesmo sentido, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência⁵ reconhece que “a atenção à pessoa com deficiência envolve esforços de múltiplas instituições públicas e privadas, bem como de organizações civis, cujo objetivo final é a inclusão da pessoa com deficiência na sua comunidade, habilitando-a ao trabalho e ao exercício da vida social, segundo as suas possibilidades.” Como reflexo disso, essa Política prevê que os gestores do Sistema Único de Saúde - SUS - devem estabelecer processos permanentes de articulação e integração institucional.

No âmbito da articulação intersetorial entre as áreas da saúde e da educação, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência estabelece que o SUS deverá atuar em parceria com o Ministério da Educação. Considerando a descentralização como uma das diretrizes do SUS, as ações decorrentes dessa parceria repercutem nas demais esferas, como destaque para a atuação das secretarias municipais de saúde. Exemplo disso é a previsão de que a parceria do SUS com o Ministério da Educação buscará, entre outros, “a colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios no treinamento e capacitação dos docentes para o trabalho com a pessoa com deficiência, tendo em vista a sua inclusão no ensino regular.”

A intersetorialidade é fundamental para a garantia da integralidade da atenção à saúde das pessoas com deficiência, que se organiza, no SUS, por meio da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.⁶ Entre as diretrizes para o funcionamento dessa rede temática, destaca-se “a organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado”. O funcionamento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência compreende a observância de ações estratégicas e de regras de funcionamento. A seguir, destacam-se aquelas relacionadas à educação:

- entre as ações estratégicas para a ampliação do acesso e da qualificação da atenção à pessoa com deficiência na atenção primária à saúde, destaca-se: “o apoio

⁵ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#CAPITULOI.

⁶ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html#ANEXOV



e a orientação, por meio do Programa Saúde na Escola, aos educadores, às famílias e à comunidade escolar, visando à adequação do ambiente escolar às especificidades das pessoas com deficiência.”

- entre as regras de funcionamento a serem observadas pelos estabelecimentos da atenção especializada para atenção à saúde das pessoas com deficiência, destacam-se: “articular-se com a Rede de Ensino da Região de Saúde a que pertença para identificar crianças e adolescentes com deficiência e avaliar suas necessidades” e “dar apoio e orientação aos educadores, às famílias e à comunidade escolar, visando à adequação do ambiente escolar às especificidades das pessoas com deficiência.”⁷

A atenção à saúde das crianças e adolescentes com deficiência e/ou demais condições relacionadas ao neurodesenvolvimento também pode abranger outras redes de atenção à saúde, como a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. No funcionamento da RAPS, também é possível notar a observância da intersectorialidade. Nesse sentido, destacam-se as seguintes diretrizes da RAPS: “desenvolvimento de atividades no território que favoreçam a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania” e “a organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersectoriais para garantir a integralidade do cuidado”.⁸

A RAPS tem diversos componentes, entre eles, os Centros de Atenção Psicossocial Infantil, que se destinam ao atendimento de crianças e adolescentes. Entre as atribuições das equipes que atuam nesses estabelecimentos de saúde, destaca-se o desenvolvimento de “atividades comunitárias enfocando a integração da criança e do adolescente na família, na escola, na comunidade ou quaisquer outras formas de inserção social”.

Além disso, o Ministério da Saúde dispõe da Linha de Cuidado⁹ para Atenção às

⁷ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html#ANEXOV

⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html#ANEXOV

⁹ A Linha de Cuidado caracteriza-se por padronizações técnicas que explicitam informações relativas à organização da oferta de ações de saúde no SUS. Ela descreve as rotinas do itinerário do paciente, contemplando informações relativas às ações e atividades de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, a serem desenvolvidas por equipe multidisciplinar em cada serviço de saúde. A Linha de Cuidado também viabiliza a comunicação entre as equipes, serviços e usuários de uma Rede de Atenção à Saúde, com foco na padronização de ações, organizando um continuum



Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, que reconhece a articulação do SUS com os estabelecimentos da rede de educação como uma parceria necessária para a efetiva participação social e garantia dos direitos das pessoas no espectro. A publicação também reconhece as escolas como integrantes da rede de atenção ampliada às pessoas no espectro e explicita que “nenhuma criança pode ser excluída da escola”.¹⁰

Também cabe observar o disposto no Guia de Diretrizes da Rede Ambulatorial Especializada de Reabilitação, publicado pela Secretaria Municipal de Saúde, que também reconhece a intersectorialidade na atenção à pessoa com deficiência. Como exemplo, essa publicação estabelece que as propostas terapêuticas para o desenvolvimento de habilidades e de vida autônoma incluem, entre outros, a efetiva participação familiar nos atendimentos, além de orientações individuais ou em grupo à família/cuidador (es) e à escola. Entre os aspectos abordados nas propostas terapêuticas, o Guia inclui a inclusão escolar.¹¹

Na prática, a efetivação da intersectorialidade encontra desafios. Em um estudo qualitativo que buscou compreender os desafios à intersectorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação, as pesquisadoras verificaram três pilares que sustentam os limites à intersectorialidade:

- a sobrecarga de trabalho individual e coletiva;
- a dificuldade de engajamento de outros atores da rede;
- e a falta de conhecimento para lidar com as complexas demandas das crianças com deficiência. (Da Silva, *et al.*, 2022)¹²

Por fim, cabe mencionar a Lei nº 13.935/19, a qual prevê que as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. Nesse sentido, o Conselho Federal de Psicologia, na publicação “Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) na Educação Básica”

assistencial. (Ministério da Saúde, 2023).

¹⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para atenção às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do SUS**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf.

¹¹ BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Saúde. **Guia de Diretrizes da Rede Ambulatorial Especializada de Reabilitação**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/saude/2022/guia-diretrizes-rede-ambulatorial-reabilitacao-01-02-2022.pdf>.

¹² DA SILVA, Lenir Nascimento et al. **Desafios à intersectorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Cad. Saúde Pública 2022; 38(8):e00256021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT256021>.



aborda alternativas para a atuação desses profissionais visando a educação inclusiva.

Inicialmente, a publicação reconhece a existência de falhas na formação desses profissionais quanto à temática da deficiência e da inclusão escolar. Como consequência, o Conselho observa que a atuação das psicólogas (os) acaba se baseando na elaboração de laudos psicológicos “dizendo apenas aquilo que as crianças e jovens não possuem em função de suas deficiências, não constando informações que possam auxiliar os professores em sua prática pedagógica”.¹³ Considerando esse contexto, a publicação sugere alternativas de atuação para esses profissionais:

(...) Nesse sentido, é importante que a(o) psicóloga(o) inserida em contextos educativos desenvolva grupos de trabalhos com professores, estudantes, familiares, equipe técnica, gestores e funcionários possibilitando que a temática do preconceito seja abordada, promovendo a reflexão coletiva sobre barreiras atitudinais e arquitetônicas presentes no cotidiano escolar e suas formas de enfrentamento. (...)

(...) Além do exposto, é importante destacar que o profissional pode desenvolver ações como: acompanhamento de estudantes visando a inclusão e a permanência com qualidade de todos e todas no contexto escolar; participação na articulação de serviços para o atendimento do estudante com deficiência, na busca da garantia de seu direito à educação, à saúde e à assistência social; mobilização de encontros e participação em reuniões com docentes e outros profissionais, visando a auxiliar a equipe de docentes da escola na construção do planejamento educacional para a(o) estudante com deficiência; reflexão e adequação do processo de avaliação psicopedagógica; inserção de discussão e possibilidades de atuação nos Projetos Políticos Pedagógicos, contribuindo com a construção do plano da escola e desenvolvendo programas e outras situações para promover a apropriação do conhecimento por todos alunos.(Conselho Federal de Psicologia, 2019).

EDUCAÇÃO

A Constituição da República determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que o ensino será ministrado com base em princípios, entre eles, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. E acrescenta

¹³ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica.** Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-educacao-basica/>.



que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

A Lei Federal nº 9.394, de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, também determina que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia (entre outras) de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

A mesma lei determina o que é a educação especial e como deverá ser ofertada:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem



capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014, estabelece entre suas metas, a Meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Entre as estratégias da Meta 4, encontram-se

- universalização do atendimento escolar à demanda manifesta de crianças de zero a 3 anos público alvo da educação especial;
- implantação de salas de recursos multifuncionais;
- fomento à formação continuada de professores para o AEE;
- garantia de AEE conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;
- estímulo à criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores;
- garantia de oferta de educação inclusiva, promovida a articulação pedagógica entre ensino regular e AEE;
- fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso à escola e ao AEE, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, TGD e AH/SD;
- combate às situações de discriminação, preconceito e violência com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- fomento a pesquisas sobre desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva;

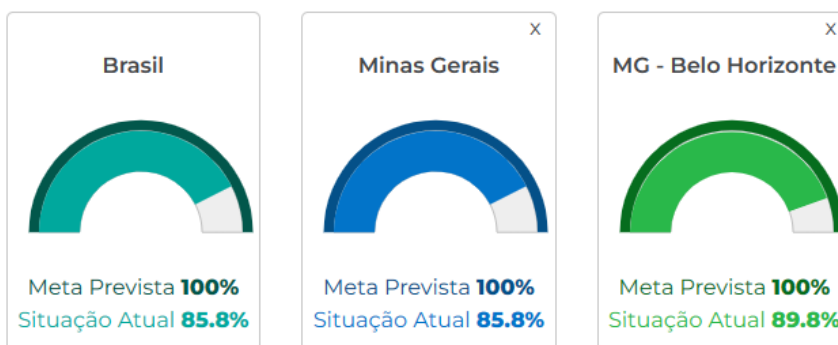


- promoção do desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais desses estudantes;
- promoção da articulação intersetorial entre órgãos e políticas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias;

Com dados de 2021 do IBGE e de 2015 do Censo Escolar, a página do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC – do Ministério da Educação mostra os indicadores relativos à meta 4 do PNE.

Indicador 4A-Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola

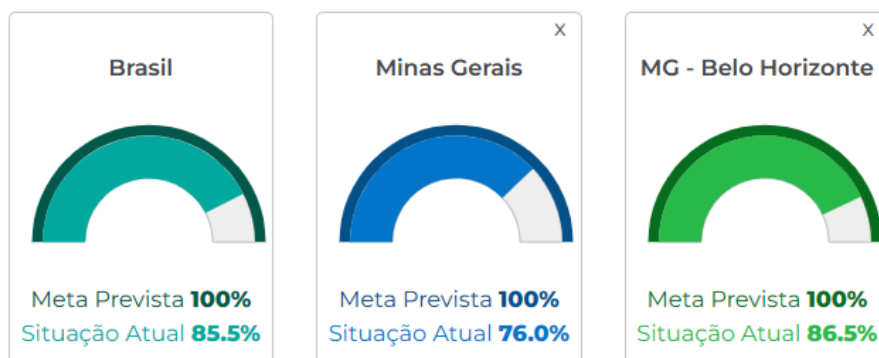
FONTES



https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

Indicador 4B-Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica

FONTES



https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php



Segundo o relatório do quarto ciclo de monitoramento das metas do PNE¹⁴, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP -:

O monitoramento da Meta 4 enfrenta duas limitações importantes. A primeira é a defasagem temporal dos dados do Censo Demográfico de 2010 utilizados para o monitoramento do Indicador 4A1. A segunda limitação é de natureza metodológica, uma vez que o censo demográfico coleta informações sobre pessoas com deficiência intelectual e dificuldade ou incapacidade de enxergar, ouvir, caminhar e subir degraus, ao passo que o Censo da Educação Básica, utilizado para o monitoramento dos Indicadores 4B e 4C identifica as pessoas com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, o que gera bases de dados diferenciadas.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Município aprovou a Lei nº 10.917, de 2016, com metas e estratégias semelhantes.

A Lei Municipal nº 11.416, de 2022 – Lei Municipal de Inclusão -, esclarece que é garantida a prioridade de matrícula para o estudante com deficiência na unidade escolar mais próxima de sua residência em condições adequadas de acessibilidade, conforme o desenho universal ou com adaptação razoável.

A mesma Lei determina:

- Sistema educacional inclusivo, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência;
- Oferta de AEE ao estudante com deficiência, TEA ou AH/SD, incorporado ao projeto pedagógico da instituição;
- Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada para o AEE;

¹⁴ [relatorio do quarto ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educacao.pdf \(inep.gov.br\)](https://inep.gov.br/relatorio-do-quarto-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-plano-nacional-de-educacao.pdf)



- Oferta de profissional de apoio à inclusão escolar para o estudante com deficiência que dele necessite, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção, garantindo-se a esse profissional a devida capacitação, orientação e supervisão;
- Inclusão de atividades desportivas na prática da educação física;
- Visão multidisciplinar que assegure a interação dos profissionais de educação e das áreas afins no atendimento, acompanhamento e desenvolvimento educacional desses estudantes;
- Manutenção de registros dos processos de avaliação, do acompanhamento do desempenho pedagógico e do desenvolvimento socioemocional dos estudantes com deficiência ou com AH/SD;
- AEE ofertado na educação infantil e no ensino fundamental, em sala de recursos multifuncionais especificamente equipadas para esse serviço.

Por fim, esclarece que o AEE é um serviço da educação especial que:

“Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.” (art. 15, §1º)

No Relatório de Execução Anual das Ações Governamentais de 2022, o Executivo Municipal apresenta suas principais ações. Segundo o mesmo, entre suas principais entregas na área de resultado educação está a “Ampliação e aprimoramento do Atendimento por AEE”¹⁵.

O Atendimento Educacional Especializado, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes na escola, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia intelectual possibilitando a permanência e aprendizagem dos (as) todos (as) no ambiente escolar.

- Por meio de reorganização do serviço, foram criadas 168 vagas de AEE, totalizando 2.352 vagas de Atendimento Educacional Especializado-AEE, disponibilizadas em 2022, atendendo a 77% da demanda para esse serviço.

¹⁵ [AÇÕES GOVERNAMENTAIS 2022 IMPRESSAO.indb \(pbh.gov.br\)](#)



- A aquisição de recursos individualizados de acessibilidade pedagógica (notebooks, softwares, lupas eletrônicas, teclados acessíveis, mouses adaptados, mobiliário, entre outros) é feita sempre que indicada pelo Atendimento Educacional Especializado ou por profissional da área de reabilitação. Com relação às salas de AEE, em 2022, 33 salas foram equipadas com tecnologia assistiva individualizada, ampliando para 66 o número de salas consideradas adequadas para realização do atendimento. A aquisição de novos materiais e recursos acessíveis para as salas de Atendimento Educacional Especializado auxiliam o estudante com deficiência, no seu processo de autonomia e independência, eliminando as barreiras que impedem a sua participação no ambiente educacional e social

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como já foi dito, a compreensão do fenômeno da deficiência a partir do modelo social e de direitos significou um considerável avanço conceitual, pois tirou o foco dos impedimentos do sujeito e centrou o debate no papel social e nas possibilidades dessas pessoas. Desde então, os avanços científicos e políticos consistem justamente em entender a deficiência não como um atributo da pessoa, mas como resultado da interação social. Desse modo, o problema não está na deficiência em si, mas em ambientes inacessíveis que criam barreiras à participação plena dessa população (PLETSCH *et al*, 2021).

Educação inclusiva é um termo polissêmico e pode ser interpretado e conceituado de forma ampla, referindo-se a diferentes grupos sociais historicamente excluídos da escola. No caso específico das pessoas com deficiência, compreende-se que os sujeitos devem ter acesso à educação, participar das atividades educativas e aprender, o que passa necessariamente pelo reconhecimento da diferença como constitutiva do humano e das especificidades no desenvolvimento dos sujeitos (PLETSCH *et al*, 2021).

Contudo, a matrícula em turmas comuns de ensino regular, conforme previsto nas políticas de educação inclusiva, tem sido relatada pelas mães e pelos profissionais da educação como fundamental para a interação e o desenvolvimento das crianças e adolescentes com deficiência (PLETSCH *et al*, 2021).



Cabe ressaltar que pesquisas têm evidenciado que a promoção do desenvolvimento integral, melhora da participação e consequente autonomia dos estudantes com deficiência requerem ações intersetoriais, considerando tanto aspectos da saúde quanto da escola e da assistência.

E o fortalecimento de ações intersetoriais entre educação, assistência social e saúde proporciona maior oferta, oportunidade e reforça as capacidades existentes nos equipamentos educacionais, promovendo inclusão escolar e promoção da qualidade de vida das crianças e de seus familiares (PLETSCH *et al*, 2021).

A assistência social busca assegurar os indivíduos e suas famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, trabalhando o desenvolvimento de autonomia, para que a pessoa com deficiência passe a exercer plenamente a sua cidadania com total apoio e auxílio nas circunstâncias especiais (SILVA *et al*, 2020).

A atuação dos profissionais da assistência social é particularmente importante nas situações de fragilização ou rompimento de vínculos ou afastamento do convívio familiar, apresentando assim a precarização dos cuidados familiares nas situações de dependência da pessoa com deficiência (SILVA *et al*, 2020).

Também terá um papel central no atendimento de pessoas com deficiência com algum grau de dependência ou que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas, precarização e/ou falta de cuidados adequados por parte do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, entre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (SILVA *et al*, 2020).

Nesses casos, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS - tem como propósito promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Os CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social têm equipes especializadas e pautadas no valor da família e do cuidador, visando à redução da exclusão social do dependente e do cuidador. O serviço também pode ser ofertado Unidades Referenciadas ao CREAS, no domicílio do usuário e/ou Centro-Dia (SILVA *et al*, 2020).



Pelo papel central que ocupa na vida de famílias e comunidades em que se localiza, a escola é o espaço por excelência para estruturar ações intersetoriais, principalmente no caso do atendimento integral de crianças com deficiência (PLETSCH *et al*, 2021).

A potencialidade da escola como espaço mobilizador de ações intersetoriais tem sido empregada em diferentes países do mundo pela sua expressividade sócio-demo-gráfica relacionada à infância e à adolescência, mas também como espaço de enfrentamento de vulnerabilidades sociais (PLETSCH *et al*, 2021).

Investigações com crianças com deficiências severas têm indicado que a organização de ações e estratégias centradas na família são um caminho necessário para garantir não apenas os direitos sociais, mas também para efetivar seu desenvolvimento escolar (PLETSCH *et al*, 2021).

É preciso diferenciar inclusão e integração. “Educacionalmente falando, enquanto a integração defende que todos devem estar inseridos no espaço escolar, a inclusão vai para além; ela prevê o respeito à dignidade do indivíduo, ao exercício de sua cidadania, bem como a garantia de uma educação de qualidade que transpasse os muros da escola” (VASCONCELOS, 2022).

Dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação

- Segundo Vasconcelos (2022), os educadores participantes das amostras utilizadas se sentem despreparados para conduzir o processo de ensino-aprendizagem com alunos com transtorno do espectro autista e que, por vezes, reconhecem sua responsabilidade no processo.
- É unanimidade entre os professores a avaliação da necessidade de aprimoramento das práticas educativas para que se consiga ofertar uma educação de qualidade aos alunos com TEA (VASCONCELOS, 2022).

Dificuldades apontadas pelos estudantes e suas famílias



- Ao se analisar a fala dos familiares de alunos com TEA, nota-se que a principal dificuldade apontada passa a ser a barreira atitudinal, bem como insuficiência de recursos e de profissionais capacitados nas escolas (VASCONCELOS, 2022).

Dificuldades relacionadas à gestão intersetorial das políticas públicas

- Estudos acadêmicos apontam que, apesar de existir uma preocupação por parte dos gestores municipais em efetuar ações integradas e intersetoriais, ainda faltam diretrizes claras sobre como proceder para efetivar ações intersetoriais para a promoção integral das crianças, considerando a sua matrícula em turmas comuns das redes de ensino. Esses estudos mostram que, de maneira geral, os desafios e os problemas vão sendo enfrentados à medida que aparecem (PLETSCH *et al*, 2021).

Desafios do processo de educação inclusiva

- Foram encontradas, grosso modo, três principais demandas: as barreiras no processo de inclusão escolar, a necessidade de formação continuada dos professores e a autonomia do aluno com transtorno do espectro autista (VASCONCELOS, 2022).

Necessidade de adaptações na prática escolar para promoção da educação inclusiva

- Segundo Oliveira (2020), o indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo.
- As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola (OLIVEIRA, 2020)



Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2023.

Laurence T. Costa Timo

Consultora Legislativa em Educação e Cultura

Thamires Ferreira

Consultora de Saúde

Otávio Debien Andrade

Consultor de Ciências Sociais e
Políticas



Legislação pertinente

Legislação Federal:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, artigos 214 e 227

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.”;

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.”;

Legislação Municipal:

- LEI ORGÂNICA

- LEI Nº 10.917, DE 14 DE MARÇO DE 2016: Aprova o Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte e dá outras providências.

- LEI Nº 3.908, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1984, que “Cria salas de recursos nas escolas da rede municipal de ensino”.

- LEI Nº 11.416, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022, que “ Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida”.



Bibliografia

PLETSCH, Márcia Denise; SÁ, Miriam Ribeiro Calheiros de; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. *Revista Teias*, v. 22, n. 66, jul./set. 2021.

VASCONCELOS, Joelson Menezes de. Inclusão escolar da criança e do adolescente com TEA: uma revisão sistemática de literatura de 2015 a 2021. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 33, 6 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

SILVA, Geovanna dos Santos da; LOPES, Isabela Cristina Moraes; QUINTANA, Silmara Cristina Ramos. O serviço social como articulador da inclusão da pessoa com transtorno do espectro autista. *Revista Educação em Foco*, Edição nº 12, 2020.